

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-07-12

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Monteiro, A. T. & Lopes, A. I. (2017). Participação no processo que antecedeu a IFRS 16 - locações: um contributo para o estudo do lobbying . In XIX Congresso AECA. Santiago de Compostela: AECA.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Monteiro, A. T. & Lopes, A. I. (2017). Participação no processo que antecedeu a IFRS 16 - locações: um contributo para o estudo do lobbying . In XIX Congresso AECA. Santiago de Compostela: AECA.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

**PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO QUE ANTECEDEU A IFRS 16 - LOCAÇÕES: UM
CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING**

Ana Teresa Monteiro

Financial/Business Analyst

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Ana Isabel Lopes

PhD Accounting, Assistant Professor

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Business Research Unit (BRU-IUL)

Autor para contacto: Ana Isabel Lopes

Área temática: a) Información Financiera y Normalización Contable.

Palavras-chave: *Lobbying*; IFRS 16-Leasing; IASB/FASB; comment letters.

PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO QUE ANTECEDEU A IFRS 16 - LOCAÇÕES: UM CONTRIBUTO PARA O ESTUDO DO LOBBYING

Resumo

Em 2019 entrará em vigor a IFRS 16, Leasing, dez anos depois de ter sido pela primeira vez incluída na agenda do IASB. O presente estudo analisa as 645 *comment letters* submetidas para apreciação da proposta sobre o reconhecimento dos contratos de locação nas demonstrações financeiras. Os resultados sugerem que a quantidade de cartas submetidas está associado com o volume de locações existentes num país, com o número de empresas com contratos de locação que participaram e com o facto de pertencer ao G4+1 sendo os preparadores os menos concordantes com a proposta, quando comparados com os outros grupos.

Palavras-chave: *Lobbying*; IFRS 16-Leasing; IASB/FASB; comment letters.

PARTICIPATION IN THE PROCESS PRECEDING IFRS 16 - LEASINGS: A CONTRIBUTION TO THE LOBBYING STUDY

Abstract

In 2019 will be effective the IFRS 16, Leasing, ten years after its first inclusion in the International Accounting Standards Board (IASB) agenda. The present paper examines the 645 comment letters submitted by a larger range of stakeholders to comment on the proposal on the changes of the effect of leasing in financial statements. Findings suggest that the amount of comment letters submitted is associated with the annual volume of leases by country, the existence of leases' contracts by company and the G4+1 membership, although no association exists with UE membership. Results seem to also show that the preparers are the one, in average, with a lower percentage of agreement answers when compared with the other stakeholders.

Keywords: *Lobbying*; IFRS 16-Leasing; IASB/FASB; comment letters.

1. Introdução

A criação de normas contabilísticas ou as alterações das já existentes, gera impacto nos diversos *stakeholders*, levando a que estes exerçam pressão de forma a influenciar a aprovação ou rejeição de propostas de criação ou de alteração das normas contabilísticas, particularmente as emitidas pelo IASB (Watts & Zimmerman, 1978; Weetman et al., 1996; Georgiou 2004; Broadbent & Laughlin, 2005; Durocher et al., 2007; Stenka & Taylor, 2010).

Estes tipos de pressão, mais conhecidos por *lobbying*, surgem através de diversos meios sendo os mais comuns e visíveis a submissão de *Comments Letters* às propostas publicadas (Stenka & Taylor, 2010). O convite à participação no processo de criação ou alteração de normas pelo IASB é público e de carácter internacional. Estas *Comments Letters* podem ser submetidas por qualquer pessoa interessada em dar a sua opinião, por alguém que tenha como objetivo influenciar a tomada de decisão em benefício próprio ou por alguém que, simplesmente, pretende oferecer um contributo construtivo ao processo. Existem diversos estudos que se centram nas pressões a que o IASB está sujeito. Uns focam-se no *lobbying* em geral e na sua capacidade de influenciar a emissão de normas (Chung, 1999), outros nas formas que o *lobbying* pode assumir e quais destas são as mais influentes (Hansen, 2010), outros ainda centram-se, apenas, numa norma e analisam os intervenientes e de que forma estes tentaram influenciar a sua emissão (Giner & Arce, 2012).

O presente estudo tem como objectivo dar um contributo para o estudo do *lobbying* no *leasing*. Nesta sequência irá centrar-se na análise das *comment letters* submetidas para comentários sobre a proposta de alteração da IAS 17 – Locações, feita pelo IASB e pelo FASB, que culminou subsequentemente na emissão da nova International Accounting Financial Reporting (IFRS) 16 – Locações, que revogou a anterior. A IAS 17 – Locações, foi emitida pela primeira vez em Setembro de 1982, revista duas vezes até à data e tem por objectivo “(...) prescrever, para locatários e locadores, as políticas contabilísticas e divulgações apropriadas a aplicar em relação a locações financeiras e operacionais” (IAS 17). Sendo este o objetivo da norma o seu conteúdo aborda, designadamente, definições, o reconhecimento inicial e subsequente bem como a sua mensuração nas demonstrações financeiras do locador (Proprietário do bem, que cede o seu direito de uso mediante um contrato) e locatário (Sujeito que recebe o direito de uso sobre um bem, mediante um contrato). Esta alteração no reconhecimento dos bens sob locação gerou grande controvérsia devido ao impacto que se estimava vir a gerar nas demonstrações financeiras de locadores e locatários. Em 1 de janeiro de 2019 entrará efetivamente em vigor a IFRS 16, dez anos depois de ter sido pela primeira vez incluída na agenda do IASB. A última consulta pública terminou em Setembro de 2013, tendo sido publicada a versão final da IFRS 16 em Janeiro de 2016.

A metodologia utilizada suporta-se numa análise de conteúdo às cartas (*comment letters*) submetidas por diversos stakeholders relativas às propostas de alteração da então ainda em vigor IAS 17 – Locações. Com vista ao objetivo do estudo irá ser feita uma análise da relação de diversos fatores e o nível de participação de diversos países na submissão das referidas *comment letters*. Factores esses que abrangem o volume de locações existente em cada um dos países em questão, o número de empresas que tem contratos de locação nestes mesmos países, e ainda se estes pertencem ou não à União Europeia e ao G4+1.

Tanto quanto acreditamos conhecer, este será um dos primeiros estudos relativo à participação de diversos países, bem como à sua relação com os factores anteriormente mencionados, no processo que usualmente é conhecido como “Lobbying” relativo concretamente às *comment letters* submetidas na proposta de alteração da IAS 17 – Locações, que antecedeu a nova IFRS 16 – Locações.

Este estudo é composta por cinco secções. Após a presente introdução, a secção dois aborda a revisão de literatura e o desenvolvimento de hipóteses. De seguida, a secção três descreve a metodologia utilizada para depois, na secção quatro, se apresentarem os resultados e sua discussão. Por fim, a secção cinco apresenta as conclusões.

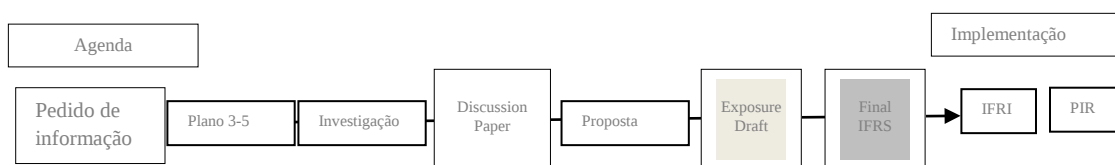
2. Revisão de Literatura

2.1. IASB e o Processo de Criação ou Alteração de Normas

O IASB apresenta-se como um grupo privado, sem fins lucrativos, cujo processo de criação/alteração de normas está construído de forma independente de interesses socioeconómicos. Qualquer alteração ou criação de uma nova norma por parte do IASB é feita publicamente por forma a incentivar a participação de todas as partes interessadas. O processo de criação/alteração das normas contabilistas pelo IASB é dividido em seis passos mencionados seguidamente, conforme ilustrado na Figura 1 (IASB, 2015):

1. Definição da Agenda
2. Planeamento do Projeto
3. Desenvolvimento e Publicação da Pré-Proposta
4. Desenvolvimento e Publicação da Proposta
5. Desenvolvimento e Publicação da Norma
6. Implementação

Figura 1: Processo de Implementação de IFRS (IASB, 2015)



Na definição da agenda, o IASB analisa temas que possam ser importantes e para os quais é necessário criar novas normas ou alterar as já existentes. A sua importância é definida com base em comentários das partes interessadas, resultante da participação em outros processos assim como resultantes de pedidos de esclarecimentos, alteração, sugestões, etc., que lhe são endereçados. Após determinado tema ser adicionado à agenda, o passo seguinte é planejar como se desenrolará todo o projeto. Nesta etapa é definida ainda a equipa que será responsável pelo mesmo, quais os seus supervisores e, por fim, quais os pontos importantes a ter em conta.

O desenvolvimento e publicação da pré-proposta não é obrigatório, mas por norma o IASB publica-o de forma a obter comentários numa fase mais inicial do processo. Nesta pré-proposta é exposto o tema de forma resumida, os diversos tipos de abordagem e a abordagem escolhida. Numa fase posterior e após análise dos comentários à pré-proposta o IASB elabora a proposta final, já estando definida a norma em concreto, e é então publicada para discussão. Em alguns casos, após análise dos comentários, pode ser publicada uma segunda proposta. Quando é dado por terminado o tempo para submissão de comentários, o IASB reúne-se, analisa as diversas submissões e decide se procede para a elaboração da IFRS ou não. Caso a IFRS seja elaborada e publicada, há posteriormente reuniões com as partes interessadas de modo a garantir que não existirão problemas na sua implementação e quais os impactos que irão seguidamente surgir (IASB, 2015).

Durante o processo de consulta pública são então enviados comentários pelas partes interessadas sobre uma norma específica (*comment letters*). Os principais participantes nesse processo, ao responderem ao apelo do IASB, são normalmente classificados em Preparadores, Utilizadores, Revisores e Reguladores. As *comment letters* podem ser submetidos em duas fases do processo: (i) no desenvolvimento e publicação da pré-proposta e (ii) no desenvolvimento e publicação da proposta. Estas têm uma importância fundamental na construção da imagem do IASB como um organismo independente e legítimo, uma vez que a participação e o debate público são essenciais para este objetivo (Zimmerman et al., 2008; Larson & Herz, 2013). Legitimidade é o resultado de uma avaliação positiva de determinado público sobre uma organização e as suas ações

(Richardson & Eberlein, 2011; Larson & Herz, 2013). O IASB tem aceitação a nível dos mercados/empresas mundiais, sendo apoiado por Entidades e Organizações Institucionais, assim como Reguladores de Mercado, tendo a capacidade de influenciar as empresas de diversos países. Diversos autores (e.g., Richardson & Eberlein, 2011; Larson & Herz, 2013) referem que esta capacidade tem um lado positivo e negativo: (i) positivo, o facto de estarmos numa economia globalizada e, conseqüentemente, cada vez mais existir uma maior interação entre mercados distintos e maior número de empresas multinacionais, sendo uma mais-valia a harmonização a níveis contabilísticos e a comparabilidade entre empresas; (ii) negativo, pela criação de maiores pressões a nível de aprovação e alteração das normas por parte de grupos empresariais e mercados, dado a sua capacidade de influenciar economicamente os mesmos.

2.3. IAS 17: Locações

A IAS 17 define como devem ser reconhecidas e mensuradas as locações operacionais e financeiras tanto por parte dos locadores como dos seus locatários. Segundo a IAS 17, locação é “um acordo pelo qual o locador transmite ao locatário em troca de um pagamento ou série de pagamentos o direito de usar um ativo por um período de tempo acordado”. As locações podem dividir-se em dois tipos: (i) financeiras, onde todos os riscos dos ativos são transferidos para o locatário, podendo no final este exercer a opção de adquirir ou não o ativo; (ii) operacionais, que englobam todos os outros tipos de locações que não se inserem nas financeiras (IAS 17). A versão da IAS 17 cuja proposta de alteração está em causa define que, a nível do locatário, as locações operacionais sejam apenas reconhecidas como gastos durante o período do contrato numa base de linha reta, e as locações financeiras devem ser reconhecidas como ativo, reconhecendo em simultâneo um passivo de igual valor relativo ao respetivo financiamento, passivo, dando origem ao reconhecimento de depreciações que serão reconhecidas como gasto durante o período de vida útil do ativo. A nível do locador, as locações operacionais devem ser reconhecidas como ativo sujeitos a depreciação, e os rendimentos provenientes do contrato devem registados durante o período desse mesmo contrato numa base de linha reta. Por sua vez, as locações financeiras devem ser também reconhecidas no ativo (mas como uma dívida a receber, e não como um ativo fixo tangível) e as suas rendas como rendimento financeiro. Esta forma de tratar as locações foi fortemente criticada ao longo do tempo, devido à sua falta de transparência, uma vez que não demonstrava de forma clara o impacto que estas têm nas contas das empresas. Dada a necessidade de ser demonstrado de uma forma clara, transparente e completa a atividade e situação de uma empresa através das demonstrações financeiras (Pinhal, 2011) o IASB e o FASB, em 2006, iniciaram um conjunto de reuniões com o objetivo de elaborar uma proposta de alteração da IAS 17. Em Julho de

2006 foi dado o primeiro passo do processo e definida a agenda onde previa, em 2008, existir um projeto definido para a IAS 17, altura em que se daria início ao segundo passo do processo. O projeto foi, contudo, elaborado antes do espectável e em Fevereiro de 2007 o IASB e o FASB emitiram os objetivos da alteração da norma e os próximos passos a seguir.

Em Março de 2009 foi elaborada, pelo IASB e FASB, uma pré-proposta, denominada de *Leases: Preliminary Views*, onde se explica o porquê de ambos os *boards* terem adicionado este projeto à agenda, a história da norma e quais as principais alterações que se espera serem feitas. Como mencionado anteriormente as pré-propostas são em regra sujeitas a um período de recepção de *Comment Letters*. Esta não foi exceção, tendo este período durado até Julho de 2009. O objetivo da pré-proposta é, também, ajudar o *board* a seguir o melhor caminho na alteração das normas através dos comentários das diversas entidades interessadas. Após análise das *Comment Letters* o *board* iniciou a elaboração da proposta final a ser submetida a consulta pública, já com o intuito de estar mais próxima do que seria a norma na sua versão publicada.

A 10 de Agosto de 2010 foi emitida a proposta de alteração, com um período de comentários até 15 de Dezembro de 2010. Foi, então, proposto que todos os ativos e passivos relacionados com atividades de locação passassem a estar refletidos nas demonstrações financeiras das diversas entidades, deixando de existir a distinção entre locação operacional e financeira.

Dado o conteúdo das *Comment Letters* e as críticas negativas a esta proposta que foram entretanto recebidas, o IASB e o FASB optaram por efetuar uma nova revisão da proposta e em Maio de 2013 surge uma proposta revista (E. Barone et al., 2014), com um período de *Comment Letters* até Setembro de 2013. Esta nova proposta tem como principal alteração a introdução do modelo dual, ou seja, existe uma distinção entre *tipo A* e *tipo B* de ativos. Os ativos *tipo A* dizem respeito a equipamento, veículos, ou seja todos os que não sejam considerados propriedades, enquanto os ativos *tipo B* dizem respeito a edifícios e terrenos. Nesta proposta, o *tipo A* e o *tipo B* diferem a nível de reconhecimento (tanto para locadores como para locatários) e a nível de mensuração subsequente.

Em Janeiro de 2014 começaram a ser tomadas as últimas decisões e a proposta acabou por ser aprovada e a nova norma emitida em Janeiro de 2016. Na sua sequência, foi revogada a IAS 17 e emitida a IFRS 16 - Locação, que só será efectiva para exercícios que se iniciem em ou após, 1 de Janeiro de 2019. Apesar de ser permitida a sua adopção voluntária, correntemente a generalidade das empresas continua a adoptar a IAS 17 ainda em vigor. Esta alteração na contabilização das locações terá um forte impacto a nível económico, tanto na esfera dos locadores como dos locatários (Barone et al., 2014). Alguns estudos foram desenvolvidos com o objetivo de analisar o impacto desta alteração tanto a nível das demonstrações financeiras como dos rácios financeiros que lhe são associados.

Bennett e Bradbury (2003) estudaram o impacto da capitalização das locações em trinta e oito (38) empresas e chegaram à conclusão que existiria um aumento do passivo superior ao aumento do ativo. Kilpatrick e Wilburn (2006) concluíram que as locações operacionais não registadas representam 87,7% do total do passivo e 36,7% do total do ativo, corroborando o estudo anterior. Imhoff et al. (1991) analisaram diferentes empresas americanas e em todas os rácios de alavancagem financeira e *debt on assets* aumentaram com o reconhecimento das locações operacionais no balanço. Quanto aos rácios de retorno dos ativos e rendimento do capital próprio, Duke et al. (2009) concluíram que o primeiro apresenta um decréscimo e o segundo um aumento quando consideradas as locações operacionais no balanço.

2.4. Lobbying no IASB

Como referiu Zeff (2002), o maior desafio do surgimento do IASB, seria a pressão política a que o Organismo iria estar sujeito ao criar e alterar normas contabilísticas. Zeff (1978), define “políticas” como “*self-interested considerations or pleading by prepares or other that may be detrimental to the interests of investors and other users, a phenomena that has been associated with the term “economic consequences”*”(Zeff, 2002, p.43).

Como mencionado, este tipo de pressões políticas são vulgarmente designadas por *Lobbying*, que por definição diz respeito à tentativa de influência na tomada de decisões que terão impacto numa determinada empresa ou grupo de empresas (Business Dictionary, 2015). Sutton (1984, p.81) refere-se à atividade de *lobbying* como “*All the actions which the interested parties take to influence the rule-making body*”, através de variadas ações, para que uma determinada decisão lhe seja benéfica politicamente ou economicamente. Contudo, o *Lobbying* não tem de ser definido como algo positivo ou negativo. Segundo Lodi (1986, p.xii) “como instrumento de trabalho, o *lobby* é moralmente neutro, podendo servir para o Bem e para o Mal”.

No IASB, o *Lobbying* pode existir em diversas formas, através de canais formais, como reuniões, *comment letter*, fóruns públicos e informais, como telefonemas ou conversas (Walker & Robinson, 1993; Georgiou, 2004; Stenka & Taylor, 2011). Contudo a maioria dos estudos centra-se na submissão das *Comment Letters* por três motivos: (i) serem documentos públicos (Kosi & Reither, 2014); (ii) a participação formal ser mais importante para o IASB do que era para o IASC, dado os membros deste último representarem grupos particulares (Jorissen et al., 2012; Kosi & Reither, 2014); e haver uma forte relação entre a submissão de *Comment Letters* e outros tipos de *Lobbying* (Georgiou, 2004; Orens et al., 2011; Kosi & Reither, 2014).

Existem diversos estudos relacionados com a pressão que é exercida sobre quem define as normas contabilistas. Alguns centram-se no que pode levar ou não ao sucesso da pressão (Polk, 2002; Mattli & Buthe, 2005; Hansen 2010), outros em cada um dos *stakeholders* e quais os motivos que os levam a fazer essa mesma pressão (Watts e Zimmerman, 1978; Pong & Whittington, 1996; Weetman, 2001; Kwok & Sharp, 2005), ou quais os que têm mais tendência para o fazer e porquê (Sutton, 1984; Tandy & Wilburn, 1996; Adel, 2005; Durocher et al., 2007), e ainda o que leva uns países a ter mais participações quando comparados com outros (Larson & Herz, 2011).

Podem-se identificar duas diferentes linhas de pensamento no que refere à explicação do sucesso do *lobby*: (i) a capacidade de transferir a informação para os reguladores (Polk, 2002); (ii) o impacto que os *lobbyists* têm na viabilidade financeira e operacional dos reguladores (Mattli & Buthe, 2005). Hansen (2010) estudou estas duas hipóteses analisando as diferentes *comments letters* submetidas entre Novembro de 2002 e Janeiro de 2004, a cinco diferentes Exposure Drafts (ED) emitidos pelo IASB e, através de inferência estatística concluiu que a capacidade de transferir informação tem mais influência que a viabilidade do regulador. Esta capacidade de transmitir informação aos reguladores está dependente da forma como é escrita a *comment letter* e que argumentos são usados por cada indivíduo para expôr o seu ponto de vista, seja ele contrário ou não ao emitido na proposta (Brown, 1982). O tipo de argumentos que é usado varia consoante o objetivo que lhe está subjacente, ou seja, em casos de concordância com a proposta em norma não é utilizado nenhum argumento que justifique esta opinião, mas sendo a opinião contrária, são utilizados argumentos conceptuais (Tutticci et al., 1994).

Alguns estudos centram-se diferentes grupos e quais os que apresentam maior predisposição para fazer pressão. Uns defendem que os grupos empresariais (Preparadores) são os que tentam influenciar com mais frequência as propostas do IASB (Hoppe & Briggs, 1982; Jupe, 2000; Stenka & Taylor, 2011), dado serem os que sentem em maior escala os efeitos de alteração ou criação das normas, tendo estas impactos a níveis económicos nas demonstrações financeiras das empresas. Como Watts & Zimmerman (1978) mencionaram “*the effort that prepares put on lobbying depends of the economic benefit that would come*”. Outros afirmam que os utilizadores têm uma taxa de participação superior ao que é sugerido em alguns estudos (Weetman et al., 1994; Ryan et al., 2000) e que custo de exercer pressão é impeditivo de uma maior participação (Georgiou, 2010). A baixa taxa de participação da sociedade académica é explicada pelo facto de existir falta de interesse no assunto e a ideia de que não irão influenciar a opinião de quem define as normas (Tandy & Wilburn, 1996). Seguindo o modelo da escolha racional de Sutton (1984), as entidades participam se os benefícios forem superiores ao custo do *lobbying*. Diversos estudos foram conduzidos nesse sentido provando que as entidades têm sempre um

interesse económico quando dão a sua opinião relativamente a uma proposta (Sutton, 1984; Watts & Zimmerman, 1986; Stenka & Taylor, 2011).

A diversidade geográfica também foi alvo de estudos anteriores. Jorissen et al. (2012) dividiu os comentários entre europeus ou não europeus, concluindo que a maioria das respostas (52%) tem origem na Europa. Larson e Herz (2013), analisando um total de 5921 *comment letters* submetidas entre 2001 e 2008, verifica a existência de uma associação positiva entre o número de respostas e o facto de os países pertencerem à União Europeia (sem significância estatística) e ao G4+1 [EUA, UK, Canada, Nova Zelândia e Austrália]. Este estudo foi elaborado antes da emissão da IAS 17. Como tal, seria interessante analisar se o padrão de diversidade geográfica nesta norma se assemelha ao evidenciado para o conjunto de todas as alterações até 2008, já que nenhum dos estudos anteriores se debruçou sobre o potencial *lobbying* subjacente à IAS 17. Tendo sido uma norma cuja alteração se prolongou no tempo, e tendo sido um projecto que envolveu os dois principais organismos emissores de normas, IASB e FASB, identifica-se um *gap* na literatura associado à participação no processo da proposta de alteração da IAS 17. Este estudo apresenta, neste contexto, cinco hipóteses de estudo, especificamente:

- H1: Os participantes no processo de discussão pública concordam com as alterações propostas.
- H2: O número de *Comment Letters* por país está associado com o volume de locações desse país.
- H3: O número de *Comment Letters* está associado ao número de empresas com contratos de locação desse país que participam no processo.
- H4: O número de *Comment Letters* por país está associado com o facto de este país pertencer à União Europeia.
- H5: O número de *Comment Letters* por país está associado com o facto de esse país pertencer ao G4+1.

3. Metodologia

Este estudo centrar-se-á na análise da diversidade geográfica e na participação das diversas entidades na submissão das *Comment Letters* enviadas para o IASB e FASB durante o processo de alteração da IAS 17, que culminou na sua revogação e substituição pela IFRS 16. No entanto, a IAS 17 mantém-se eficaz até a preparação das demonstrações financeiras para entidades cujo período de relato inicie em, ou após, 1 de janeiro de 2019.

Em Setembro de 2010 foi submetida uma proposta de alteração da IAS 17 feita pelo FASB e pelo IASB. Esta foi sujeita a comentários de diversas entidades através de *Comment Letters*, que posteriormente foram analisadas, dando origem a uma

proposta revista em Maio de 2013. É nas *Comment Letters* a este ED de 2013 que este estudo se baseará (ED/2013/6).

A amostra consiste em 645 *Comment Letters* que foram emitidas/enviadas por 641 entidades e que estão disponíveis para download no site do FASB (sendo que tanto poderiam estar endereçadas ao FASB como ao IASB). Em três não foi possível a identificação do país de origem, tendo sido classificada como “N/A”. A informação referente a cada entidade foi retirada da própria *Comment Letter* e confirmada no site do FASB.

Classificaram-se entidades em diferentes grupos: (i) Preparadores, sendo aqueles que recolhem, processam e relatam a informação financeira; (ii) Revisores, aqueles que certificam, auditam e fiscalizam a informação constante nas demonstrações financeiras; (iii) Reguladores, aqueles que regulam e fiscalizam determinados sectores a nível de um país ou mundial; (iv) Utilizadores, aqueles que utilizam as demonstrações financeiras, que delas extraem informação para a sua actividade, como por exemplo os investidores; (v) Todas as outras entidades que não digam respeito ao mencionado anteriormente classificaram-se como Outros.

Para a primeira hipótese de estudo foi realizado um teste de *t-student*, que se classifica neste caso como um teste adequado à análise de diferenças de proporções para se verificar se existe diferença entre os grupos que concordam ou não com a proposta de alteração da IAS 17 incluída na versão ED/2013/6. Pretende-se chegar à conclusão que apesar da quantidade de preparadores ou restantes grupos que concorda ser diferente, as suas proporções não são significativamente diferentes. Para tal foram criadas duas hipóteses: (i) a h_0 = a proporção dos grupos que concorda é diferente; (ii) h_1 = a proporção dos grupos que concorda é igual. Estas duas hipóteses foram aplicadas primeiramente ao grupo dos preparadores em comparação com os restantes grupos, e, em seguida foram aplicadas ao grupo dos utilizadores em comparação com os revisores de forma a verificar-se se dentro dos restantes se havia disparidades.

Para respondermos às restantes hipóteses do estudo, ou seja, que existe uma associação entre o nível de participação de determinado país e o volume anual de locações de cada país (H2), o número de empresas com contratos de locação (H3), pertencer à União Europeia (H4) e pertencer ao G4+1 (H5), foi efetuada a seguinte regressão:

$$\begin{aligned} \text{Nº Cartas} = & \alpha + \beta_1 \text{Volume Anual} + \beta_2 \text{Contratos} + \beta_3 \text{PaísesUE} + \beta_4 \text{PaísesG4+1} + \\ & \beta_5 \text{Capitalização Bolsista} + \beta_6 \text{GPD perCapita} \end{aligned} \quad (1)$$

Aplicando uma metodologia semelhante a Larson & Herz (2013), a variável dependente deste estudo irá ser medida através do número de respostas (número de cartas), ou seja, o total de respostas dado avalia a percentagem de participação e o grau de

envolvimento no processo de consulta pública e consequente aprovação da proposta. As variáveis independentes são as seguintes:

- Volume Anual = volume anual de locações para cada país, com base no White Clarke Group Global Leasing Report;
- Contratos = número de locadores ou locatários que submeteram *comment letters* por cada país, por consulta direta à *comment letter*;
- Países UE = Assume-se 1 se o país de origem da *comment letter* pertencer à UE, e zero nos restantes casos;
- G4+1 = Assume-se 1 se o país de origem da *comment letter* pertence ao G4+1 (Austrália, Canadá, UK, EUA e Nova Zelândia), e 0 nos restantes casos.

As duas últimas variáveis independentes, Capitalização Bolsista e o GDP per capita, foram retiradas do World Bank (2013) e utilizadas como variáveis de controlo, à semelhança de Larson & Herz (2013).

4. Resultados

4.1 Análise descritiva

Em resposta à proposta de alteração da IAS 17, 41 países submeteram *Comment Letters* conforme Tabela 1. Das 645 cartas analisadas, quatrocentas e trinta e seis (436) têm a seguinte origem geográfica: trezentas e vinte e nove (329) dos EUA, setenta e quatro (74) do UK e trinta e três (33) do Canadá, reunindo nestes três os principais participantes de geografias influenciadas pelo FASB e pelo IASB. Há um número elevado de outros países cujos participantes se associaram ao processo com um número reduzido de respostas.

Agrupando-se os países por continentes, conforme tabela 2, conclui-se que no continente Norte Americano se assiste a 56% de participação enquanto que a Europa está representada com 29%. Não existe, assim, uma percentagem maioritária de países da União Europeia a participar.

Tabela 1: Número de Cartas por País

Países	Nº Cartas	Países	Nº Cartas	Países	Nº Cartas	Países	Nº Cartas
EUA	329	Espanha	8	Indonésia	2	Malásia	1
UK	74	Suíça	8	Israel	2	Peru	1
Canada	33	Singapura	7	Itália	2	Polónia	1
Alemanha	22	Finlândia	6	México	2	Qatar	1
Austrália	21	India	5	N.Zelândia	2	Quénia	1
França	20	Suécia	5	Arábia S.	1	Rep. Checa	1
China	15	África Sul	4	Argentina	1	Rússia	1
Japão	14	Coreia	4	Escócia	1	Taiwan	1
Bélgica	12	Irlanda	4	Grécia	1	Zâmbia	1
Holanda	12	Dinamarca	3	Indonésia	2	N/A	3
Brasil	9	Noruega	3	Luxemb.	1		
Total Cartas: 645							

Tabela 2: Número de Cartas por Continente

Continentes	Nº Cartas	%
América Norte	362	56%
Europa	185	29%
Ásia	54	8%
Oceânia	22	3%
América Sul/Centro	13	2%
África	6	1%
N/A	3	0%
Total Cartas	645	100%

Quando se agrupa os países por pertencerem ou não à União Europeia, conforme

tabela 3, verifica-se que 74% das cartas submetidas são de países que não pertencem à União Europeia. Relativamente a pertencer ou não ao G4+1, conforme Tabela 4, verifica-se que apenas 29% não pertence. A justificação para estes valores pode residir no facto de o grupo G4+1 ser constituído por países cuja língua nativa é o inglês e que com maior facilidade exprimem os seus pontos de vista.

Tabela 3: Membros da União Europeia

União Europeia	Total	%
Não	478	74%
Sim	167	26%
Total Cartas	645	100%

Tabela 4: Membros do G4+1

G4+1	Total	%
Não	186	29%
Sim	459	71%
Total de Cartas	645	100%

Quanto ao tipo de entidades que submetem *comment letters*, 390 são de preparadores e 199 são de entidades classificadas como outros, conforme Tabela 5. Os preparadores são as entidades a quem compete a preparação e elaboração das demonstrações financeiras, logo, tendencialmente são estes que terão de modificar a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o novo normativo, o que, eventualmente, acarreta custos a vários níveis (formação de pessoal, alterações de programas informáticos, etc.). A percentagem de 31% para Outros poderá estar relacionada com o facto de este grupo apresentar tendência, para participar em geral nestes fóruns, como forma de apoio às empresas. No entanto, é constituído por entidades que, se separadas, não têm materialidade para constituir um grupo (académicos, associações profissionais, pessoas individualmente expressando opinião, ...).

Tabela 5: Distribuição das Cartas por Tipo de Entidade

Tipo	Respostas	%
Preparadores	390	60%
Outros	199	31%
Revisores	21	3%
Reguladores	18	3%
Utilizadores	14	2%
Prep./Util.	3	0%
Total	645	100%

Das 645 respostas analisadas, 538 não concordam com a proposta, conforme ilustrado na Tabela 6. Dessas 538, 343 são provenientes de preparadores e 155 são classificados como outros. Apenas 105 entidades dizem concordar com a alteração da norma, ou seja, 16,3% das participações totais. Com base nestes resultados pode-se afirmar que em nenhum tipo de entidade houve uma maioria que concordasse, uma vez que o *não concordo* apresentou sempre mais apoiantes.

Segundo dados extraídos do White Clarke Group Leasing Report (ANO) o volume anual de locações relativo a 2014, para os países analisados neste estudo, é distribuído conforme a Figura 2 e totaliza 845,06\$bn, podendo verificar-se que 37,62% dizem respeito aos Estados Unidos (317,88\$bn), seguindo-se a China com 10,52% (88,9\$bn) e a Alemanha com 8,44% (71,31\$bn). Os 15,46% correspondentes a “Outros” dizem respeito à soma de todos os países cujo volume anual se encontra abaixo dos 13,00\$bn.

Tabela 6: Resposta por Tipo de Entidade

Tipo	Não	Sim	N/A	Nº Cartas
Preparadores	343	46	1	390
Outros	155	43	1	199
Revisores	16	5		21
Reguladores	13	5		18
Utilizadores	8	6		14
Prep./Util.	3			3
Total Cartas	538	105	2	645

Relativamente ao número de empresas com contratos de locação que submeteram *comment letters*, conforme ilustra a Tabela 7, podemos constatar que os EUA são quem detém maior número de empresas com contratos de locação, seguidos do UK e Canadá.

Esta informação foi manualmente recolhida no processo de análise de conteúdo usado nesta dissertação, já que ao enviar a comment letter o participante deveria identificar em que qualidade estava a responder ao processo de consulta pública.

Figura 2: Volume de Locações por País

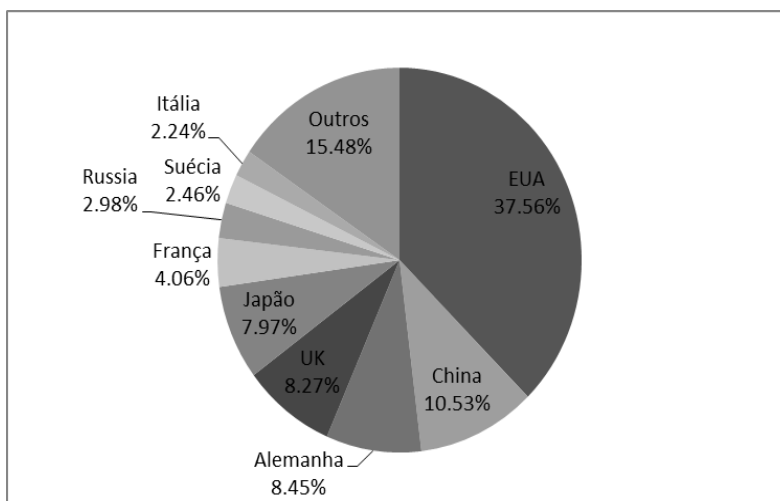


Tabela 7 Número de Empresas com Contratos de Locação (por País) que Submeteram Comment Letters

País	Nº de Empresas com Contratos de Locação	País	Nº de Empresas com Contratos de Locação	País	Nº de Empresas com Contratos de Locação
EUA	220	Japão	5	Coreia	1
UK	36	Brasil	3	Dinamarca	1
Canada	28	Finlândia	3	Itália	1
Alemanha	15	Africa do Sul	2	Luxemburgo	1
França	15	Bélgica	2	México	1
Austrália	10	Índia	2	Noruega	1
China	9	Irlanda	2	Nova Zelândia	1
Suíça	8	Singapura	2	Qatar	1
Holanda	7	Arábia Saudita	1	Suécia	1
Espanha	5	Argentina	1		
Total: 385					

4.2 Teste de hipóteses

Como mencionado anteriormente, a Tabela 6 ilustra que 16,3% dos participantes no processo de envio de *comment letters* concordavam genericamente com as alterações propostas, contra 83,4% de participantes que apresentavam algumas reservas quanto a essas alterações.

Para dar resposta à primeira hipótese, e considerando que os participantes no processo podem ser classificados em diferentes categorias (preparadores, utilizadores, revisores, reguladores e outros), é fundamental entender se há diferenças de opinião (concordar ou discordar) entre os diferentes grupos. Como os preparadores representam cerca de 60% do total da amostra, conforme ilustrado na Figura 5, a hipótese 1 será aplicada comparando este grupo com o total de todos os outros (restantes), sendo que a análise suportar-se-á nos resultados obtidos para o teste t para amostras independentes.

Tabela 8: Resultado do teste t para amostras independentes (Preparadores vs. Restantes)

Grupo de participantes	Número de participantes	Média dos que concordam	Diferença de proporções	t-test	p-value
Preparadores	393	11,96%	- 11,85	-3,990	0,000
Restantes	252	23,81%			

Tabela 9: Resultados do teste t para amostras independentes (Utilizadores vs. Revisores)

Grupo de participantes	Número de participantes	Média dos que concordam	Diferença de proporções	t-test	p-value
Utilizadores	14	42,86%	19,00	1,140	0,265
Revisores	21	23,80%			

Os resultados da Tabela 8 demonstram que, quando comparados com os restantes grupos, a proporção dos participantes que concordam com as alterações na proposta é menor, uma vez que existem 11,96% dos preparadores que concordam, enquanto a proporção dos membros dos restantes grupos é de 23,81%. No entanto, não é possível concluir que um grupo concorda mais ou menos com as propostas do que outro grupo sem que, antes, seja feita uma análise de significância estatística da informação obtida pelo teste t para análise da diferença de proporções em amostras independentes. Os resultados deste teste sugerem uma diferença estatisticamente significativa entre os preparadores e os outros participantes no seu conjunto ($t=-3,990$; $p<0,001$).

Adicionalmente, a Tabela 9 replica a questão anterior, confrontando a opinião dos utilizadores, onde estão os participantes que utilizam as demonstrações financeiras para daí extraírem informações sobre as empresas, com a dos revisores que inclui aqueles que auditam as demonstrações financeiras. 42,86% dos participantes classificados como utilizadores concorda com as alterações propostas pelo IASB à IAS 17, sendo esta percentagem superior aos que concordam e se classificam como revisores, cuja proporção é 23,8%. Aplicando novamente o teste t para amostras independentes conclui-se que não é possível rejeitar a hipótese nula da igualdade de proporções ($t=1,140$; $p=0,265$). Assim, ainda que a percentagem de utilizadores que concordem seja superior à percentagem de revisores, a diferença de proporções não é estatisticamente significativa.

A Tabela 10 diz respeito à análise de correlação de Pearson entre as diferentes variáveis, dependentes e independentes, presentes na regressão linear que irá ser usada para testar as quatro hipóteses restantes. Nesta análise podemos verificar que todas as correlações são positivas, à exceção da variável N°Cartas com a variável PaísesUE, uma vez que neste caso a correlação é negativa, bastante baixa e não é estatisticamente relevante, ou seja, a variável dependente e a EU não se influenciam, não aumentando uma quando a outra diminui, como seria de esperar em variáveis com uma associação negativa. A correlação entre a variável dependente e a cotação de mercado e GDP per capita apesar de ser positiva não é significativamente relevante.

Tabela 10: Correlação de Pearson

	N° Cartas	N° Contratos	Volume Anual	PaísesUE	Países G4+1	Capitalização Bolsista
N°Contratos	,997**					
Volume Anual	,944**	,940**				
PaísesUE	-0,062	-0,076	-0,044			
PaísesG4+1	,556**	,543**	,448**	-0,121		
Capitalização Bolsista	0,193	0,199	0,128	-0,087	0,072	
GDP per capita	0,117	0,121	0,072	0,202	0,190	,311*
	0,461	0,444	0,651	0,199	0,228	0,045

**A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral); *. A correlação é significativa no nível 0,05 (bilate

Na Tabela 11 estão os resultados dessa regressão. Verifica-se que tanto os contratos de locação ($t= 23,278$; $p<0,001$), como o volume anual de locações ($t= 1,901$; $p<0,1$) e o facto de um país pertencer ao G4+1 ($t=2,003$; $p=0,05$) têm uma associação positiva e significância estatística. As restantes variáveis, pertencer à EU ($t=1,309$; $p>0,1$), a cotação de mercado ($t=0,300$; $p>0,1$) e o GDP per capita ($t=-0,745$; $p>0,1$) não têm significância

estatística, chegando mesmo o GDP per capita a ter uma associação negativa (resultados que estão em linha com o verificado na correlação de Pearson).

Tabela 11: Resultados da Regressão Linear

Modelo	Coefficientes não padronizados	t	Sig.
(Constante)	0,583	0,425	0,674
Nº Contratos	1,375	23,378	0,000
Volume Anual	0,068	1,901	0,066
PaísesEU	1,727	1,309	0,199
PaísesG4+1	4,721	2,033	0,050
Capitalização Bolsista	0,004	0,300	0,766
GDP per capita	-1,813E-05	-0,745	0,461

Relativamente à segunda hipótese, se existe uma associação positiva entre o volume de locações de um país e o número de empresas nele presente que submeteram comment letters, os resultados sugerem a existência dessa relação. Ou seja, dado um país ter maior volume de locações uma alteração nesta norma terá impacto em maior escala quando comparado com os países com menor volume de locações.

Na terceira hipótese testou-se ainda a associação entre o número de cartas e o número de empresas com contratos de locações existente nos países considerados no estudo. Uma vez que na hipótese anterior a associação é positiva, se determinado país apresenta um número superior de empresas com contratos, impacto tenderá a ser em maior escala quando comparado com outro. Estes resultados estão em linha com os estudos que concluíram que as entidades têm maior incentivo a participarem quando possuem interesses económicos (Sutton, 1984; Watts e Zimmerman, 1986; Stenka e Taylor, 2011). Considerando os impactos que estas acarretam para as empresas que detêm locações, como verificámos anteriormente, um aumento do passivo (Bennett e Bradbury, 2003; Kilpatrick e Wilburn, 2006), aumento nos rácios de alavancagem financeira e de *debt on assets* (Imhoff et al., 1991), decréscimo no retorno dos ativos e aumento do rendimento do capital (Duke et al, 2009), existirá um interesse para que estes impactos não se verifiquem, ou seja, que as alterações não sejam aprovadas. Assim, os países em que as empresas iriam ter estes impactos em maior escala tiveram um número de submissões superior aos outros.

A quarta hipótese procurava verificar uma associação positiva entre o número de cartas por país e o facto de este pertencer à União Europeia, neste caso a associação apesar de positiva não tem significância estatística. Ou seja, não se confirma relação

entre os países pertencerem à União Europeia e participarem no processo de submissão de comment letters.

Considerando a quinta e última hipótese, a associação estatística neste caso é significativa. Existe relação entre um país pertencer ao G4+1 e a sua taxa de participação. Estes resultados são semelhantes ao do estudo de Larson and Herz (2013), onde para o período entre 2001 e 2008 não existe significância estatística na variável independente de EU Membership, contrariamente à variável G4+1. Pode-se assim retirar a mesma conclusão, ou seja, que existe um declínio da importância de pertença à União Europeia, enquanto a inclusão no G4+1 tem o efeito contrário, apresentando-se como um factor cada vez com mais peso.

De forma a verificar a robustez deste estudo empírico recorreu-se à análise da colinearidade do modelo. Os resultados (não apresentados) demonstram que para os contratos de locação e volume de locações pode existir colinearidade, visto o seu FIV (fator de inflação da variância) ser superior ou próximo a 10, ou seja, a correlação entre estas duas variáveis é demasiado elevada. Assim, analisou-se o mesmo modelo mas sem a variável do número de contratos de locação, dado ter a que tem maior correlação com outra variável independente, especificamente, com o volume de locações. Os resultados são similares aos encontrados anteriormente, continuando a existir uma significância estatística e uma associação positiva entre a variável dependente e o volume de locações e pertença ao G4+1. Relativamente às outras variáveis não existe significância estatística, como testado anteriormente.

4.3 Análise adicional

Os resultados apresentados anteriormente respeitam exclusivamente aos obtidos para as hipóteses em estudo. No entanto, durante o processo de análise de conteúdo das comment letters, verificou-se que os argumentos apresentados pelos diferentes participantes apresentam traços que podem ser considerados comuns, embora com alguma diversidade. Assim, ao analisar-se as 645 comment letters, e ao se fazer a sua catalogação em “concordo” (Sim) ou “não concordo” (Não) com as alterações propostas foi-se recolhendo informação sobre as referidas preocupações, ou assuntos, que mereciam maior cuidado em análises futuras por parte do IASB e do FASB. As preocupações a reter e considerar aquando da elaboração final da norma a emitir, salientadas pelos participantes, são apresentadas nas Tabelas 12 e 13.

Tabela 12: Preocupações entre quem defende o “Não”

Foco de interesse	Preparadores	Outros	Revisores	Reguladores	Utilizadores	Preparad./ Utiliz.	Total
Comentários Técnicos	190	84	10	8	3	2	297
Complexo	78	31	1	3	2		115
Mais Custo que Benefício	67	30	4	1	1	1	104
Não Traz Benefícios	3	3	1		2		9
Necessita de Mais Esclarecimento	1	2		1			4
Não Concorda com Modelo Dual	1	2					3
Outros	3	3					6
Total	343	155	16	13	8	3	538

Tabela 13: Preocupações entre quem defende o “Sim”

Foco de interesse	Preparadores	Outros	Revisores	Reguladores	Utilizadores	Total
Necessita de Mais Esclarecimento	39	33	5	3	5	85
Sem Comentários	3	5		2	1	11
Não Concorda com Modelo Dual	4	3				7
Mais Custo que Benefício		1				1
Comentários técnicos		1				1
Total	46	43	5	5	6	105

Quem não concorda com a proposta (Tabela 12) salienta que a explicação dos comentários técnicos (297 participantes), a complexidade do texto (115 participantes) e a superperiodicidade dos custos em relação aos benefícios na aplicação da nova norma (104 participantes) eram os factos que mais suportavam a sua discordância. Alguns participantes referiram que a norma não traz benefícios adicionais aos existentes (9), necessita de mais esclarecimento (4) ou não concordavam com o modelo dual e isso limitava a concordância com tudo o resto (3).

Quem concorda com a proposta (Tabela 13) salienta maioritariamente (85 participantes entre 105) que a mesma necessita de mais esclarecimentos, ainda que este facto não tenha condicionado a sua concordância. Um número bastante reduzido de participantes não ofereceu qualquer comentário, enquanto 7 participantes tenham assumido concordar com a proposta sobre o leasing excepto na aplicação de um modelo dual.

Associar o tipo de preocupação salientada pelo grupo a que pertence, com questões de natureza legal ou cultural do país, com a forma como o sistema de contabilização está desenvolvido e, até, com o perfil da empresa em função do sector de atividade a que pertence, são propostas que se deixam em aberto e cuja resposta pode contribuir para melhor entender o processo de lobbying que envolve a atividade do IASB.

5. Conclusões

Este estudo empírico tem como objetivo contribuir para o estudo do lobbying em torno das alterações à IAS 17 – Locações e que antecederam a emissão da atual IFRS 16 – Locações. Para a realização do estudo foram analisadas 645 *comment letter* de 641 entidades diferentes, com o objetivo de comentar a proposta de alteração da IAS 17 elaborada conjuntamente pelo IASB e pelo FASB. As *comment letters* foram submetidas por 41 países diferentes, espalhados pelos 5 continentes, com a massiva participação de entidades dos EUA, seguidos pelo UK e pelo Canadá. O número de países é semelhante ao analisado por Larson e Herz (2013) no seu estudo referente ao período de 2001-2008 e, à semelhança dos autores, encontramos uma grande diversidade geográfica, apesar de 85% das cartas serem submetidas pela América do Norte e Europa. Quanto ao tipo de entidade, mais de metade das cartas submetidas são provenientes de preparadores. Do total, apenas 16,3% concorda com a proposta. Os resultados sugerem que há uma forte participação das entidades que não concordam com a alteração, podendo-se sugerir a existência de situação de lobbying tal como definida na literatura. Os resultados sugerem uma grande proporção dos preparadores, relativamente a outros grupos, que não concordam com a proposta de alteração feita pelo IASB e pelo FASB, o que se pode justificar pela sua alteração ter um impacto considerável nas demonstrações financeiras por estes elaboradas. O volume de locações e o número de contratos estão estatisticamente associados com o número de cartas que é submetido por cada país. Os resultados também demonstram que o facto de um país ser um Estado Membro da União Europeia não está associado com o número de cartas por ele submetidas. Tal como Larson e Herz (2013) concluíram no seu estudo, o factor de pertença à UE é cada vez menos importante na explicação da participação neste tipo de questões, dado o aumento da diversidade geográfica e de países que utilizam as IFRS. Pelo contrário, o facto de um país ser membro do G4+1, parece estar relacionado com a submissão de cartas, o que também corrobora as conclusões de Larson e Herz (2013).

Face aos resultados, podemos concluir que a proposta de alteração à IAS 17 – Locações, antes da sua emissão definitiva, beneficiou do comentário de participantes de vários grupos, podendo assumir-se posições de lobbying mais acentuadas por parte dos preparadores, das empresas que têm contratos de locações, das empresas localizadas em países com maior número de locações e das empresas que são membros do G4+1.

Referências Bibliográficas

Adel, A. (2015): *Leases: how did a lobbying group on the lease exposure draft reflect the financial reporting?* Master thesis present in Amsterdam Business School.

Barone, E., Birt, J., Moya, S. (2014): "Lease accounting: a review of recent literature", *Accounting in Europe*, vol. 11, n. 1, pp. 35-54.

Bennett, B. e Bradbury, M. (2003): "Capitalizing non-cancellable operating leases", *Journal of International Financial Management and Accounting*, Vol.14, n. 14, pp. 101-114.

Broadbent, J. e Laughlin, R. (2005): "Government concerns and tensions in accounting standard-setting: the case of accounting for the private finance initiative in the UK", *Accounting and Business Research*, Vol. 35, n.3, pp. 207-228.

Brown, P. R. (1982). "FASB responsiveness to corporate input", *Journal of Accounting Auditing and Finance*, Vol. 5, n. 4, pp. 282-290.

Business Dictionary (2015). <http://www.businessdictionary.com/definition/lobbying.html#ixzz3sQmRNGGs>, acedido em 01/02/2015.

Chung, D. (1999): "The informational effect of corporate lobbying against proposed accounting standards", *Review of Quantitative Finance and Accounting*, Vol. 12, n.3, pp. 243-269.

Duke, J., Hsieh, S. e Suj, Y. (2009): "Operating and synthetic leases: exploiting financial benefits in the post-Enron era". *Advances in Accounting*, Vol. 25, n.1, pp. 28-39.

Durocher, S., Fortin, A. e Cote, L. (2007). "Users participation in the accounting standard-setting process: a theory-building study", *Accounting, Organisations and Society*, Vol.31, n. 1-2, pp. 29-59.

Georgiou, G. (2004): "Corporate lobbying on accounting standards: methods, timing and perceived effectiveness", *Abacus*, Vol. 40, n. 2, pp. 219-237.

Georgiou, G. (2010): "The IASB standard-setting process: Participation and perceptions of financial statement users", *British Accounting Review*, Vol.42, pp. 103-118.

Giner, B. e Arce, M. (2012): "Lobbying on Accounting Standards: Evidence from IFRS 2 on Share-Based Payments", *European Accounting Review*, Vol. 21, n.4, pp. 655-691.

Hansen, B. (2010): *Lobbying of the international accounting standards board: an empirical investigation*. Dissertation presented in Whittemore School of Business and Economics University of New Hampshire

Hope, T. e Briggs, J. (1982): "Accounting policy making – some lessons from deferred taxation debate", *Accounting and Business Research*, Vol. 12, n. 46, pp. 83-96.

Imhoff, E., Lipe, R. e Wright, D. (1991): "Operating leases: impact of constructive capitalization", *Accounting Horizons*, Vol. 5, pp. 51-63.

IASB (2010). ED/2010/9 Leases. December, 2010.

IASB (2013). ED/2013/6 Leases. September, 2013.

(2016). How we develop IFRS Standards. Acedido em www.ifrs.org/How-we-develop-standards/Pages/How-we-develop-standards.aspx, em 15/01/2016.

Jorissen, A., Lybaert, N., Oren, R. e Van der Tas, L. (2012): "Formal participation in the IASB's due process of standard setting: a multi-issue/multi-period analysis", *European Accounting Review*, Vol.21, n. 4, pp.531-554.

Jupe, R. (2000): "Self-referential lobbying of accounting standards board: the case of Financial Reporting Standard No.1.", *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 11, n. 3, pp. 337-359.

Kilpatrick, B. G. e Wilburn, N.L. (2006): "Off balance sheet financing and operating lease: Impact on lessee financial ratios", *RMA Journal*, Vol. 89, n. 4, pp. 80-87.

Kosi, U. e Reither, A. (2014). "Determinants of corporate participation in the IFRS 4 (Insurance Contracts) replacement process", *Accounting in Europe*, Vol. 11, n.1), 89-112.

Kwok, W. e Sharp, D. (2005): "Power and international accounting standard setting: evidence from segment reporting and intangible assets projects". *Accounting, Auditing and Accountability*, Vol. 18, pp. 74-99.

Larson, R.K. e Herz, P. J. (2011): "The academic community's participation in global accounting standard-setting", *Research in Accounting Regulation*, Vol. 23, n. 1, pp. 34-45.

Larson, R.K. e Herz, P.J. (2013): "A multi-issue/multi-period analysis of the geographic diversity of IASB comment letter participation", *Accounting in Europe*, Vol. 10, n. 1, pp. 99-151.

Lodi, J.B. (1986): *Lobby: os grupos de pressão*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Mattli, W. e Büthe, T. (2005): Global Private Governance: Lessons from a National Model of Setting Standards in Accounting. *Law and Contemporary Problems*, Vol. 68, pp. 225-262.

Orens, R., Jorsissen, A., Lybaert, N. and Van der Tas, L. (2011): "Corporate lobbying in private accounting standard setting: does the IASB have the reckon with national differences?" *Accounting in Europe*, Vol. 8, n. 2, pp. 211-234.

Pinhal, J. (2011): "Locações: Uma nova abordagem", *Revisores e Auditores*, n.54, pp. 22-36.

Polk, A. (2002): *Lobbying Activities of Multinational Firms*. Working Paper no. 0205, Socioeconomic Institute, University of Zurich.

Pong, C. e Whittington, G. (1996): "The withdrawal of current cost accounting in the United Kingdom: a case study of the accounting standards committee", *Albacus*, Vol. 32, n.1, pp. 30-53

Richardson, A.J. e Eberlein, B. (2011): "Legitimizing transnational standard-setting: the case of the international accounting standard board", *Journal of Business Ethics*, Vol. 98, n. 2, pp. 217-245

Rodrigues, A.I. (2014): "Contabilidade – as mais recentes propostas para o tratamento contabilístico das locações", *Revisores e Auditores*, n.66, pp.16-36

Ryan, C., Dunstan, K. e Stanley, T. (2000): "Local government accounting standard-setting in Australia: did constituents participate?", *Financial Accountability and Management*, Vol.16, n. 4, pp. 373-396.

Stenka, R. e Taylor, P. (2010): "Setting UK Standards on the concept of control: An analysis of lobbying behaviour", *Accounting Business Research*, Vol. 40, n.2, pp. 109-130.

Sutton, T.G. (1984): "Lobbying of accounting standard setting bodies in the UK and the USA: a dowsing analysis", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 9, n. 1, pp. 81-95.

Tandy, P. e Wilburn, N. (1992): "Constituent participation in standard setting: the FASB's first 100 statements", *Accounting Horizons*, Vol.6, n. 2,pp. 47-58.

Tandy, P. e Wilburn, N. (1996): "The academic community's participation in standard setting: submission of comment letters on SFAS Nos. 1-117", *Accounting Horizons*, Vol. 10, n.3, pp. 92-111.

Tutticci, I., Dunstanm k. e Holmes, S. (1994): "Respondent lobbying in the Australian accounting standard setting process: ED49", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 7, n. 2, pp. 86-104.

Walker, R. e Robinson, P. (1993): "A critical assessment of the literature on political activity and accounting regulation", *Research and Accounting Regulation*, n. 7, pp. 3-40.

Watts, R.L. e Zimmerman, J. L. (1978): "Towards a positive theory of the determination of accounting standards", *Accounting Review*, Vol. 53, n. 1, pp. 112-134.

Weetman, P., Davie E. e Collins, W. (1994): *Operating and financial review: views of analysts and institutional investors*. Edinburgh: The Institute of Chartered Accountants of Scotland.

Weetman, P., Davie E. e Collins, W. (1996): "Lobbying on accounting issues: preparer/user imbalance in the case of the operating and financial review", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 9, n. 1, pp. 59-73.

Weetman, P. (2001): "Controlling the standard-setting agenda: the role of FRS 3", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol.9, n. 1,pp. 59-73.

White, Ed. (2015): Global Leasing Report. White Clarke Group.

Zeff, S. A. (2002): "'Political' Lobbying on Proposed Standards: A Challenge to the IASB", *American Accounting Association*, n. 16, pp. 43-54.

Zimmermann, J., Werner, J.R. e Volmer, P.B. (2008): *Global Governance in Accounting: Rebalancing Public and Power and Private Commitment*. London: Palgrave Macmillan.